

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

CONTRATO DE SEGURO

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA — LOTEAMENTO - INADIMPLÊNCIA - NOTIFICAÇÃO - INTERPELAÇÃO - CONSTITUIÇÃO EM MORA

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DE - ESTADO DO, Sociedade Anônima de Economia Mista, criada nos termos da Lei Municipal nº 2.545, de 29 de abril de 1965, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na Comarca de, na Rua nº, por seus procuradores infrafirmados, com escritório profissional na Rua nº, onde recebem intimações e notificações, vem perante Vossa Excelência, com o devido respeito, com fundamento nos artigos 867 e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente INTERPELAÇÃO JUDICIAL de (qualificação), portador da CI/RG nº, inscrito no CNPF sob o nº, residente e domiciliado na Comarca de, na Região da Planta Vila, Lote nº, Quadra nº, Moradias Vila, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos: 1. A Requerente concedeu ao Requerido, temporariamente e a título precário, a posse de parte ideal correspondente a m2 do imóvel com área total de m2, localizado no endereço supra indicado, nos termos e condições do Termo de Concessão de Uso do Solo firmado entre as partes em/..../.... 2. De acordo com as cláusulasª eª do Termo citado, comprometeu-se a Requerente em vender ao Requerido o aludido imóvel, após o registro do respectivo loteamento, pelo preço originário de R\$ (....), nas condições usualmente adotadas pelo Sistema Financeiro de Habitação. O Requerido se obrigou, ainda, a pagar o preço da venda da unidade mensalmente, em prestações de R\$ (....), conforme disposto na cláusulaª do mencionado instrumento. 3. Ocorre que desde o mês de de, não vem efetuando os pagamentos das prestações mensais, infringindo a Cláusulaª, item do Termo de Concessão de Uso de Solo, estando a dever a quantia de R\$ (....), conforme demonstrativo anexo. 4. Assim sendo, para resguardar seus direitos e posterior ingresso da ação competente, requer a Interpelação do Requerido, para que compareça na sede da, na Rua nº, na Comarca de, a fim de proceder ao pagamento das prestações em atraso, considerando-se o valor supra apurado e as parcelas que vencerem posteriormente, inclusive juros e correção monetária, no prazo improrrogável de dias contados da intimação, sob pena de ser constituído em mora, ensejando a Resolução do Contrato firmado e a conseqüente Reintegração de Posse em favor da Requerente. Requer, outrossim, sejam deferidos ao Sr. Oficial de Justiça os benefícios contidos no artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil, haja vista que o Requerido, durante o período previsto no caput do citado dispositivo, muitas vezes não se encontra em sua residência. Requer, finalmente, após a execução da medida e pagas as custas, sejam os autos entregues à Requerente, independentemente de traslado. N. Termos, P. Deferimento., de de

Advogado